

ROSS, Corey (2024). *Liquid Empire: Water and Power in the Colonial World*. New Jersey: Princeton University Press, 465 pp., ISBN 978-0-691-21144-2.

Publicado em 2024, *Liquid Empire: Water and Power in the Colonial World*, é o livro mais recente de Corey Ross, diretor do *Institute for European Global Studies* da Universidade de Basel. Com provas dadas nos campos da história ambiental e imperial (veja-se, por exemplo, *Ecology and Power in the Age of Empire: Europe and the Transformation of the Tropical*, publicado em 2017 pela *Oxford University Press*), Ross propõe-se agora a recentrar a história dos impérios europeus, “tradicionalmente terra-cêntrica” (p. 6), focando-se nos espaços aquáticos influenciados por estas empreitadas históricas. Observando e descodificando as interseções históricas entre o poder político e o saber científico, a obra em mãos pretende fazer dos espaços e dos recursos hídricos laboratórios de observação para a mais ampla vida dos impérios europeus. Assim, Ross propõe-se a descortinar as formas como “os estados modernos, incluindo os estados coloniais, fizeram mais do que governar a manipulação da água, eles governaram *através* da manipulação da água”¹ (p. 11). Para cumprir este objetivo, Ross divide a sua investigação em dois eixos principais, a implantação de um conjunto de estados-impérios em África e na Ásia, e os legados, intelectuais e materiais, que estes deixaram para trás.

Dividido em 8 capítulos, aos quais acrescem a introdução e epílogo, o livro define desde cedo aquilo que pretende ser: um estudo de carácter global e natureza transimperial, capaz de estabelecer comparações e recuperar similitudes entre os casos analisados – a gestão dos recursos hídricos nos territórios sob administração dos impérios britânico, francês, holandês, belga, e, em menor grau, alemão e português (p. 1-20). Iniciando o grosso da sua análise em meados do século XIX, coincidente com a consolidação do poder imperial europeu na Ásia e África, Ross estende o seu estudo até ao período pós-independência, procurando explorar os modos como “as águas do mundo pós-colonial – na sua gestão, exploração, reconfiguração e contestação – continuaram a ser moldadas pelos resquícios materiais e ideológicos dos impérios” (p. 330).

A narrativa de Ross é construída através de um “enquadramento cronológico fluído” (p. 15), coincidente com a natureza dos objetos de estudo, que permite ao autor alternar entre territórios (de forma intra e interimperial), conforme o foco temático de cada capítulo. Aquilo que Ross demonstra

¹ Todas as traduções feitas no âmbito desta recensão são da responsabilidade do autor.

continuamente é que a gestão dos recursos hídricos não só constituiu uma empreitada partilhada entre estes atores históricos, como esteve intimamente ligada à alegada “missão civilizadora” do colonialismo europeu. Desde a abertura de canais artificiais, navegáveis ou para fins de irrigação (p. 21-121); a alteração radical das paisagens para cultivo e assentamento (p. 122-202); o fomento de uma proto-indústria da pesca, em água doce ou em alto mar (p. 203-240); o desenvolvimento de sistemas de saneamento e gestão de resíduos (p. 241-278); até aos mega-projetos de engenharia hidroelétrica (p. 279-327), a alegada vontade de “civilizar” as populações sob domínio europeu apresentou-se como o principal objetivo declarado entre todos estes poderes imperiais para justificar a sua ação sobre a esfera hidrológica.

Não obstante a existência de uma empreitada partilhada entre os poderes imperiais, que conjugava a gestão dos recursos hídricos à alegada “elevação” das populações nativas, Ross demonstra que esta foi uma realidade contingente, marcada pela diversidade de ideários e opções político-técnicas para atingir tal fim. Recuperemos, a título de exemplo, o caso dos sistemas de irrigação nos territórios do Pacífico no século XIX. Ao contrário da visão adotada nas Índias Orientais Neerlandesas, onde a “Política Ética” de *welfare* indígena incentivou o desenvolvimento de projetos de irrigação de pequena escala (p. 91-93), no Raj britânico “as secas recorrentes (...) as ideologias tecnocráticas, hierarquias socioculturais e políticas de exclusão” (p. 97), fizeram dos projetos de grande escala opção privilegiada pelos administradores coloniais para o desenvolvimento dos recursos hídricos.

Ao mesmo tempo, e evitando narrativas essencialistas, Ross demonstra que a alegada missão civilizadora europeia foi frequentemente um “projeto inerentemente contraditório” (p. 243). Desde Hong-Kong até Dacar, os projetos hidráulicos lançados pelos poderes imperiais foram projetos de desenvolvimento económico, mas também empreitadas de controlo e reordenamento das sociedades coloniais. Os megaprojetos de abertura de canais artificiais (p. 148-158); as iniciativas de controlo e redirecionamento de cheias (p. 182-202); a transformação dos territórios para a construção de reservatórios e barragens (p. 310-327), frequentemente obedeceram a critérios economicistas, mas também étnico-raciais, não só deslocando forçosamente segmentos inteiros da população, mas destruindo também ecossistemas inteiros (p. 328-382). Já os sistemas de saneamento e escoamento, não tão radicais na alteração das paisagens naturais, criaram autênticos “enclaves de salubridade” (p. 361), deixando as populações periféricas à mercê de sistemas de saneamento improvisados. Através de uma análise que ultrapassa o marco da descolonização formal, Ross demonstra como todas estas dinâmicas cimen-

taram distinções sociais, económicas e étnicas que persistem até à atualidade (p. 383-392).

Ao longo de toda a obra, Ross recorre a uma série de peritos técnicos, maioritariamente engenheiros hidráulicos, para explicar a “natureza, mentalidade e limites dos projetos imperiais de engenharia hidráulica” à época (p. 139). Através do estudo das suas trajetórias, intelectuais e geográficas, Ross demonstra como estas figuras se tornaram autênticas zonas de contacto transimperial (HEDINGER & HÉE 2018), exemplificando dinâmicas de entrelaçamento entre cidades, impérios, e sociedades profundamente distintas. Estes atores, que frequentemente divergiam das prioridades e preferências dos administradores políticos, circularam entre territórios do mesmo império, entre territórios de diferentes impérios, mas também para lá das fronteiras dos estados-império europeus. A título de exemplo, a Índia colonial tornou-se num “local de treino para os peritos de irrigação britânicos, mas também um local de peregrinação para a fraternidade mundial de engenheiros hidráulicos” (p. 97). No entanto, com o decorrer do século XX e o cimentar dos Estados Unidos da América como *hub* intelectual internacional, os engenheiros ao serviço dos estados coloniais deslocaram-se também para este território, cooptando alguns dos seus modelos de desenvolvimento hidroelétrico e adaptando-os às necessidades locais das respetivas sociedades (p. 311-327).

Por fim, ao estender a sua análise até ao período pós-descolonização, Ross dá força às teses defendidas pela perspetiva transimperial de que a utilização dos marcos “colonial/independente” como pontos de viragem historiográfica será sempre demasiado redutora. Através de uma análise empiricamente sustentada, o autor demonstra que a gestão dos recursos hídricos esteve, e permanece ainda, intimamente ligada a “noções de cidadania, simbolismo cultural, diferenciação social e saúde pública” (p. 362). Apesar dos seus esforços de modernização, os estados pós-descolonização formal não eliminaram os mecanismos de diferenciação social nos seus territórios. Ao invés, com o cooptar dos projetos de desenvolvimento de recursos hídricos, cooptaram também as retóricas civilizacionais dos antigos administradores, “substituindo o «nativo atrasado» pelo imigrante rural pobre” (p. 362), imergindo as respetivas comunidades em novas dinâmicas paternalistas e reproduzindo velhas dinâmicas de exclusão social.

O livro, em toda a sua extensão, apresenta uma série de contributos que extravasam o campo da historiografia, provando ser também uma referência útil para especialistas em estudos de área. Ainda assim, é seguro afirmar que *Liquid Empire* faz mais do que iluminar aspetos originais e pertinentes acerca das histórias cruzadas do internacionalismo, imperialismo e ambientalismo

dos séculos XIX e XX. Os diversos casos explorados por Ross demonstram a forma como a existência dos impérios foi marcada por dinâmicas de conectividade, cooperação e competição, tanto em relação aos seus pares, como em relação àqueles que alegavam ser os seus antecessores ideológicos, dando forças à perspectiva transimperial (BARTH & CVETKOVSKI 2015; HEDINGER & HÉE 2018).

Não obstante, a obra em questão apresenta também algumas limitações, nomeadamente na secção das continuidades e descontinuidades pós-coloniais (p. 328-382), igualmente importantes de um ponto de vista intelectual e metodológico. Como alguns trabalhos já demonstraram, os “regimes internacionais de desenvolvimento” (UNGER 2018) foram, em inúmeros casos, produtos da atuação de antigos peritos técnicos e administradores coloniais enquanto funcionários das agências internacionais de desenvolvimento (HODGE 2007). Apesar das diversas menções de Ross a algumas destas agências e instituições internacionais, entre as quais se destacam o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a análise da atuação destas, na gestão dos recursos hídricos, é sempre superficial. Teria sido interessante, e sugere-se aqui uma hipótese de investigação futura, interrogar de maneira sistematizada a forma como os peritos e administradores ao serviço dos estados-império mencionados foram absorvidos pelas agências internacionais, ou até mesmo recrutados pelos estados pós-coloniais, para desempenhar tarefas no âmbito da gestão dos recursos hídricos.

Um outro aspeto, e talvez de natureza editorial, prende-se com o modo como o material citado é apresentado. Isto não afeta necessariamente a validade deste trabalho, que é sem dúvida empiricamente sustentado. No entanto, para o leitor mais curioso, principalmente aquele já familiarizado com as práticas do ofício do historiador, a não identificação clara dos arquivos respeitantes a cada um dos materiais primários citados, desde relatórios a planos científicos, no momento que são mencionados, pode dificultar a leitura e análise mais fina deste trabalho.

Bibliografia

BARTH, Volker; CVETKOVSKI, Roland (2015). “Introduction: Encounters of Empires. Methodological Approaches”, in V. Barth e R. Cvetkovski (eds.), *Imperial Co-operation and Transfer, 1870–1930: Empires and Encounters*. Londres, Nova Iorque: Bloomsbury, 3-33.

- HEDINGER, Daniel; HEÉ, Nadin (2018). “Transimperial History – Connectivity, Cooperation and Competition”. *Journal of Modern European History*, 16, 429-452. <https://doi.org/10.17104/1611-8944-2018-4-429> (consultado a 22/01/2025).
- HODGE, Joseph Morgan (2007). *Triumph of the expert: agrarian doctrines of development and the legacies of British colonialism*. Ohio: Ohio University Press.
- ROSS, Corey (2017). *Ecology and Power in the Age of Empire: Europe and the Transformation of the Tropical*. Oxford: Oxford University Press.
- UNGER, Corinna R (2018). *International Development, a Postwar History*. Londres: Bloomsbury Academic.

ANDRÉ RIBEIRO FERNANDES

Universidade de Coimbra, CHSC

andrefernandes5200@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-3901-8281>



